

## Bolsa de Emprego | Junho de 2018

**Nome:** Sónia Maria Fernandes de Oliveira Santos  
**Habilitações Literárias:** 3ª classe  
**Experiência Profissional:** Limpeza

**Nome:** Filipa Cristina Pereira Gil  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Estudos Europeus  
**Experiência Profissional:** Call Center, Frente de loja

**Nome:** Tatiane Ribeiro Calado  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Facturação, Assistente dentária, Copeira, Promotora

**Nome:** Helena Sofia Neves Valença  
**Habilitações Literárias:** Mestrado em Turismo e Lazer  
**Experiência Profissional:** Formadora, Coordenadora, Consultora

**Nome:** Pedro Gabriel Almeida Rodrigues  
**Habilitações Literárias:** 12º ano – CET Mecatrónica  
**Experiência Profissional:** Manutenção Industrial

**Nome:** Luis Carlos Jesus Borges  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Soldador Tig/Mag e Eléctrodo, Manobrador de Máquinas em Obra, Empilhador, Manutenção Industrial, Telescópicas,

**Nome:** Raul Manuel Teixeira Marques  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Embalagem, Bicicletas

**Nome:** Liliana Santos  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Engenharia Civil  
**Experiência Profissional:** Área da Construção Civil

**Nome:** Maria José Almeida Amorim Augusto  
**Habilitações Literárias:** 4ª classe  
**Experiência Profissional:** Tecedeira de arame, vidragem, operária fabril

**Nome:** Jorge Manuel Camba Santos  
**Habilitações Literárias:** 12º ano - Desenhador de Construção Civil  
**Experiência Profissional:** Operário fabril, CNC, Encarregado de Construção Civil

**Nome:** Nádia Pacheco do Carmo e Silva  
**Habilitações Literárias:** 12º ano - Estética  
**Experiência Profissional:** Esteticista, Auxiliar de Escritório, Empregada de balcão

**Nome:** Aida dos Santos  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Saúde  
**Experiência Profissional:** Departamento Recursos Humanos

**Nota:** Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional.

**Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

**A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:**  
Fotocópias | fax | internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

**Sede:**  
Espaço Inovação | Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

**Delegação:**  
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T. 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Junho de 2018



### ACIB | Actividades de Junho

**Sessão de Esclarecimentos**  
**Coordenação de Segurança em Obra e em Indústria**

Data	Local
06/06	Oliveira do Bairro

**Seminários e Workshops**  
**- 2º Ciclo de Workshops Exportação**  
- Participar em Feiras Internacionais

27/06	Anadia
-------	--------

**Participação na Feira da Vinha e do Vinho**

22/06 a 01/07	Anadia
---------------	--------

**Formação Profissional**  
- Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho  
- Higiene e Segurança Alimentar para Manipuladores de Carnes - Iniciação  
- LinkedIn Marketing

04/06	Oliveira do Bairro
04/06	Oliveira do Bairro
08/06	Oliveira do Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).//

### Medida Contrato-Emprego | Candidaturas até 02 de Julho

A ACIB informa que a segunda fase de candidaturas à medida Contrato-Emprego decorre até 02 de Julho de 2018.

Este é um apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

#### Apoio financeiro:

- 9 vezes o valor do IAS (428,90€), no caso de contratos de trabalho sem termo;
- 3 vezes o valor do IAS, no caso de contratos de trabalho a termo certo.

O apoio financeiro é majorado nos casos seguintes (podendo ser cumuláveis entre si):

- 10% no caso de contratação de desempregado que beneficiário do Rendimento Social de Inserção, pessoa com

deficiência e incapacidade, pessoa que integre família monoparental, pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego e inscrito no IEFP, vítima de violência doméstica, refugiado, ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade e esteja em condições de se inserir na vida activa, toxicodependente em processo de recuperação.

- 10% no caso de posto de trabalho estar localizado em território economicamente desfavorecido.

No caso de conversão de contrato de trabalho a termo certo em contrato de trabalho sem termo é concedido um prémio no valor de:

- 2 vezes a retribuição base mensal prevista no contrato, até ao limite de 5 vezes o IAS.

A entidade empregadora tem a

obrigatoriedade de proporcionar formação profissional ajustada às competências requeridas pelo posto de trabalho, numa das seguintes modalidades:

- formação em contexto de trabalho, pelo período mínimo de 12 meses, mediante acompanhamento de um tutor designado pela entidade empregadora;

- formação, em entidade formadora certificada, com uma carga horária mínima de 50h, e realizada, preferencialmente, durante o período normal de trabalho.

O apoio financeiro da medida Contrato-Emprego não é cumulável com medidas que prevejam a dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral da segurança social bem como outros apoios directos ao emprego aplicáveis ao mesmo posto de trabalho.

Para mais informações, aceda a <https://www.iefp.pt//>

A ACIB informa que se encontra aberto o Aviso N.º 22/SI/2017 que permite financiar projectos de formação de empresas que estejam associados a investimentos em domínios como a inovação e transferência de tecnologia, a adopção de tecnologia no domínio da Indústria 4.0. As despesas elegíveis são os custos com formandos, formadores, de funcionamento e com serviços de consultoria, sendo o incentivo não reembolsável. As candidaturas devem ser apresentadas até 28 de Dezembro, sendo a duração de cada candidatura de 24 meses.

Para mais informações, aceda ao site do IAPMEI em <https://www.iapmei.pt/Paginas/Capacitar-i4-0.aspx>.

## Sistema de Certificação de Atributos Profissionais | SCAP

AACIB informa que foi aprovada a portaria nº 73/2018, de 12 de Março, que define os termos e as condições de utilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para a certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital.

Este sistema permite comprovar o cargo exercido em determinada entidade comercial, como os de funcionário público, arquitecto ou engenheiro técnico, sem necessidade de exibir outro comprovativo, possibilitando ao utilizador autenticar-se ou assinar electronicamente, através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital.

Trata-se de um sistema que

poderá ser utilizado por administradores, gerentes ou directores, das sociedades anónimas, por quotas ou cooperativas para a assinatura dos contratos de gestão corrente, como sejam contratos com as entidades fornecedoras de electricidade, água, gás e serviços de telecomunicações, contratos com outros fornecedores, contratos de trabalho e, entre outros, procedimentos associados à formação e execução de contratos públicos.

Esta assinatura tem o mesmo valor probatório da assinatura presencial.

O diploma estabelece também as condições de certificação de atributos profissionais ao SCAP, permitindo que qualquer ordem

profissional proporcione aos seus associados um mecanismo seguro de autenticação e assinatura.

O utilizador do SCAP não pode utilizar a autenticação e assinatura para certificação dos atributos profissionais, empresariais ou públicos quando já não seja detentor dos mesmos, sob pena de incorrer em infracção disciplinar, civil e criminal.

Pela utilização do SCAP são devidas as taxas de 40€ pela certificação da qualidade e poderes de administrador, gerente e director, e do mesmo valor pela certificação da qualidade e poderes de procurador.

## Facturas com descrição “prato do dia” incorrectas | Estabelecimentos incorrem em multas do Fisco

A Autoridade Tributária (AT) informou que considera incorrecto, e com motivo para multas, a emissão de facturas simplificadas com a descrição ‘prato do dia’, ‘fruta do dia’ ou ‘sobremesa do dia’. Segundo a AT, é necessário separar os pratos das bebidas, e a descrição do serviço prestado aos clientes tem de ser de ser suficientemente precisa para se poder determinar, nomeadamente em sede de inspecção, qual a taxa de IVA aplicável.

Quando o serviço incorpore elementos sujeitos a taxas distintas para o qual é fixado um preço único (caso de um ‘menu’), o valor tributável deve ser repartido por várias taxas. Quando não é feita esta repartição, aplica-se a taxa mais elevada (23%) à totalidade do serviço.

No caso dos menus, o valor a atribuir a cada parcela do serviço de alimentação e de bebidas não pode ser definido arbitrariamente, mas deve obedecer às regras de repartição do valor tributável pelas diferentes taxas de IVA.

## Livro de reclamações Online | Deve estar disponível a partir de 01 de Julho

A partir de 01 de Julho de 2018, as disposições relativas ao formato electrónico do livro de reclamações, passam também a ser aplicáveis a todos os fornecedores de bens e prestadores de serviços.

O Decreto-Lei nº 74/2017, de 21 de Junho, introduziu alterações ao Decreto-Lei nº 156/2005, de 15/9, com o objectivo de que desmaterializar e simplificar o Livro de Reclamações e respectivos procedimentos através da criação do Livro de Reclamações On-line.

Segundo o diploma, que entrou em vigor a 01 de Julho de 2017, os consumidores e utentes podem exercer o direito de queixa por via electrónica, que foi implementado de modo faseado e por sectores de actividade.

A partir de 01 de Julho de 2018 esta possibilidade abrange os consumidores e utentes dos demais fornecedores de bens e prestadores de serviços de outros sectores de actividades económicas.

Relembramos as principais alterações do Decreto-Lei nº 74/2017:

1 – A par do livro de reclamações em papel (físico), torna-se obrigatória a disponibilização do Livro de Reclamações no formato electrónico, bem como a divulgação de acesso ao mesmo nos respectivos sítios da Internet do operador económico. A reclamação apresentada no Livro de Reclamações Electrónico tem a mesma validade da reclamação apresentada no livro de reclamações em papel.

2 – Eliminação do letreiro em modelo aprovado e adquirido juntamente com o Livro de Reclamações; apesar dos operadores económicos continuarem a estar obrigados a afixar no estabelecimento, em local bem visível e com caracteres facilmente legíveis a informação de que dispõe de livro de reclamações e a identificação da entidade competente para apreciar as reclamações.

3 – Alargamento do prazo de 10 para 15 dias úteis para o envio do original da folha de reclamação à entidade competente.

4 – Em caso de alterações na morada do estabelecimento, na actividade ou respectivo CAE ou na designação do estabelecimento, o operador económico pode manter o livro de reclamações, mas tem de comunicar electronicamente à INCM a alteração efectuada, para efeitos de averbamento no livro de reclamações.

5 – Possibilidade do operador económico poder remeter por via electrónica à entidade reguladora ou entidade fiscalizadora as folhas de reclamação digitalizadas, no prazo de 15 dias úteis. Nestes casos, operador económico deve manter por um período de três anos, um arquivo devidamente organizado dos documentos originais e dos comprovativos da respectiva remessa no formato electrónico (e-mails), caso contrário, incorre numa contra-ordenação.

6 – AASAE passa a ser a entidade competente para a aplicação de coimas e sanções acessórias nos processos instaurados e instruídos pela Ordem dos Médicos Veterinários e Centros de Atendimento Médico-Veterinários, relativamente a esta matéria.

A existência do Livro de Reclamações é obrigatória em todos os estabelecimentos de comércio a retalho e conjuntos comerciais, bem como nos estabelecimentos de comércio por grosso com revenda ao consumidor final.

## ExpoBairrada 2018 | Inscrições abertas até 16 de Junho

AACIB relembra que já estão abertas as inscrições para a ExpoBairrada 2018, que decorrerá entre 04 e 08 de Julho, no Espaço Inovação, Zona Industrial de Vila Verde, em Oliveira do Bairro.

As inscrições decorrem até 16 de Junho e os associados da ACIB do concelho de Oliveira do Bairro, poderão usufruir de um desconto de 25% sobre o preço de inscrição.

Para mais informações, contacte a ACIB.